

As Causas e o Ideário da Revolução Constitucionalista de 1932

Carlos de Meira Mattos*

Resumo: Comunicação apresentada no simpósio promovido pelo IGHMB e IHGB, no período de 10 a 12 de setembro de 1972, enfocando a Revolução Constitucionalista de 1932 no ano em que se comemora os 70 anos da sua deflagração. Examina o seu ideário e as causas por que foi deflagrada e por que fracassou.

Palavras-chave: Primeiro governo Getúlio Vargas, Revolução Constitucionalista de 1932, chefes civis e militares.

O historiador francês Jules Michelet encontrou, nas obras do italiano Giovanni Vico, os fundamentos de uma ciência histórica, baseada em métodos de avaliação que combinavam os fatos históricos com a filosofia, o ambiente social, a psicologia coletiva, a expressão dos personagens. Michelet, aplicando o método de pesquisa de Vico, depois de ter publicado várias obras, abalou-se a escrever a *História da Revolução Francesa*.

Em plena atividade de pesquisa, escreveu a um amigo: "Jamais levantei peso tão grande, combinei tantos elementos aparentemente díspares, numa única unidade viva."

Nossa tarefa é menor. Nossa postura de historiador é pequena, mas pretende-

mos chegar a uma unidade viva – a Revolução de 1932.

Vários acontecimentos precedentes levaram os paulistas, há 70 anos passados, no dia 9 de julho, a tomarem a drástica decisão de partirem para a luta armada, como única solução para os insuportáveis problemas políticos que os angustiavam.

Como sempre acontece, a acumulação dos agravos conduz a um ponto que os torna insuportáveis, e diz-se, então, que foi "a gota d'água que transbordou". No caso de nossa Revolução de 32, a gota d'água foram os acontecimentos de 23 de maio, quando tombaram a rajadas de metralhadora, num tiroteio na esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Praça da República, cinco idealistas e bravos jovens paulistas. Seus nomes: Mário Martins de Almeida,

* General-de-Divisão, sócio emérito do IGHMB.

Antônio Américo de Camargo Andrade, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Amadeu Martins.

Os episódios de 23 de maio convenceram os líderes constitucionalistas paulistas de que deviam se preparar para novas refregas em que não sofressem tamanha desvantagem no choque armado, tendo em vista que o grupo adversário se apresentava apetrechado com armas de guerra. Aí fortaleceu-se a idéia de um movimento militar.

Vamos aos acontecimentos que anteciparam e precederam a “guerra paulista” de 1932.

O Partido Democrático de São Paulo, tendo à frente figuras ilustres e de expressiva representatividade, que participara ativamente na Aliança Liberal, movimento revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, uma vez vitoriosa a Revolução fora alijado da alta administração do governo de São Paulo.

Getúlio Vargas poderia ter escolhido para governar São Paulo qualquer um dos prestigiosos políticos paulistas pertencentes ao Partido Democrático – entre eles, Francisco Morato, Marrey Júnior, Cardoso de Mello Neto, Joaquim Sampaio Vidal, Henrique de Souza Queiroz, Paulo de Moraes Barros, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Manfredo Costa, Henrique Bayma, Antônio Carlos de Abreu Sodré.

Com essa magnífica plêiade de aliados à sua disposição, colocou-os de lado. Impôs a São Paulo um interventor imaturo, capitão do Exército, adventício, inexperiente, completamente desconhecido ali.

Começou aí, nos primeiros dias do governo Vargas, a grande desavença com São Paulo. Não adiantou buscar uma compensação lateral nomeando o eminente paulista Dr. José Maria Whitaker para Ministro da Fazenda e, mais tarde, o líder do Partido Democrático, Paulo Nogueira Filho, para, em nível ministerial, coordenar uma comissão geral de compra.

Nenhum dos dois ilustres paulistas agüentou-se no cargo federal. A crise estava aqui, no estado, cuja gente inconformada, desfeiteada, injuriada, não tolerava mais a humilhação a que era submetida pelo governo de Vargas.

Em meados de julho de 1931, depois de cerca de oito meses de interventoria, resolveu o ditador demitir o Capitão João Alberto. Nem Vargas nem o próprio João Alberto suportaram mais a pressão da repulsa dos paulistas.

Veio a segunda interventoria. Assumiu-a o insigne jurista paulista Dr. Laudo de Camargo. Mas, teria que governar aceitando os grilhões da ditadura – não poderia substituir o Coronel Miguel Costa no comando da Força Pública. Nomeou um Secretariado de primeiro nível: Antônio de Almeida Prado, Fonseca Telles, Queiroz Telles, Numa de Oliveira, Abrão Ribeiro, este último Secretário de Segurança Pública; para prefeito da capital, Francisco Machado de Campos. No entanto, as limitações impostas por Vargas à autonomia do estado não permitiram que Laudo de Camargo se sustentasse no cargo. Cerca de cinco meses conseguiu se agüentar. A gota d’água para o seu pedido de renúncia foi uma

visita do Capitão João Alberto, por ordem de Getúlio, exigindo mudanças no seu Secretariado.

A crise política chega à fervura. O Comandante da 2ª Região Militar, General Manoel Rabelo, assume interinamente o governo. Sucedem-se as idas e vindas a São Paulo e ao Rio de Janeiro de delegados da ditadura e da Frente Única Paulista então organizada, unindo os partidos Republicano e Democrático. Atuam como emissários Oswaldo Aranha e Góes Monteiro, de parte do Palácio do Catete; Waldemar Ferreira, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Aureliano Leite, pelos paulistas. Enquanto isso, a população de São Paulo vive em polvorosa – sucedem-se os comícios, passeatas, discursos inflamados, conflitos de rua.

Destacam-se à frente das manifestações os admiráveis oradores Ibrahim Nobre e Romeu Lourenção; presentes, ativamente, os estudantes de Direito do Largo de São Francisco.

De surpresa, após a sondagem de vários candidatos, Getúlio nomeia para a Interventoria de São Paulo o Embaixador Pedro de Toledo, aposentado, paulista, residente no Rio de Janeiro. Pedro de Toledo era descendente de ilustre família paulista. Seu avô, Brigadeiro Joaquim Floriano de Toledo, fora tesoureiro, comandante das armas e vice-presidente da Província de São Paulo, cuja presidência exercera por mais de uma vez. Seu pai, Manoel Joaquim de Toledo, fora oficial do Exército, comandara a Polícia da província e participara da Guerra do Paraguai.

Mas o Embaixador Pedro de Toledo estava afastado do estado havia muitos anos.

O novo interventor nascera em 1860; tinha então 72 anos. No passado, antes de ingressar na diplomacia, batera-se entusiasmadamente pela candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, em cujo governo servira como Ministro da Agricultura.

Sua nomeação, em 1º de março de 1932, apesar da surpresa total causada nos meios políticos locais, agradou aos paulistas. Diz o principal historiador da Revolução de 1932, Paulo Nogueira Filho: “(...) acrescentamos que Pedro de Toledo, fibra de lutador, caráter inflexível, cultura e inteligência, era homem sensível aos anseios populares.”

Ali chegando, logo se entrosou com os políticos paulistas. Não teve a preocupação de mudar completamente o Secretariado. Manteve Silva Gordo, Mendonça Lima, Salles Gomes, Henrique Guedes, Cordeiro de Farias. Nomeou, de sua escolha, Theodureto de Camargo e Manoel Carlos Figueiredo Ferraz, respectivamente, para as pastas de Agricultura e Justiça. Mais tarde, este último foi substituído por Waldemar Ferreira.

O Coronel Miguel Costa, dublê de militar e político ativo, presidente da Legião Revolucionária transformada em Partido, continuava a agitar. Prenunciou-se a desavença entre o General Góes Monteiro, Comandante da 2ª Região Militar, e o Coronel Miguel Costa.

Nessa época, março/abril de 1932, a convicção geral era que se tornara impossível evitar um conflito pelas armas. O Governador Pedro de Toledo vivia sob insuportável pressão dos delegados da ditadura, que tolhiam seu poder de governar den-

tro dos padrões de autonomia do estado. Nesse ambiente explosivo, Júlio Mesquita Filho e Cesário Coimbra, pelo Partido Democrático, Ataliba Leonel e Coreolano de Góis, pelo PRP, passam a chefiar a mobilização para a possibilidade de luta armada. Negociadores, Aureliano Leite e Abelardo Vergueiro César são enviados a Porto Alegre e Belo Horizonte a fim de articular com os líderes da oposição o desencadeamento do movimento militar.

O General Isidoro Dias Lopes, que se demitira no início de 1931 do comando da 2ª Região Militar e passara para a reserva, fora escolhido para tratar da organização militar do movimento.

Nesse clima de efervescência estouram os acontecimentos de 23 de maio, quando os partidários da Legião Revolucionária, de Miguel Costa, reprimem a bala de fuzis e metralhadoras uma manifestação popular pró-reconstitucionalização do País, matando cinco jovens.

Os acontecimentos de 23 de maio levaram o povo de São Paulo ao auge da humilhação e da frustração – humilhação e frustração que foi o elo místico que estreitou o seu levantamento unânime, exigindo uma solução, fosse qual fosse, pela força se necessário, que resgatasse os brios e o orgulho da gente paulista.

No período de 23 de maio a 9 de julho, data quando São Paulo unido se levantou militarmente contra a ditadura, a população do estado viveu em constante polvorosa. As articulações se sucediam, a conspiração militar corria solta, a busca de aliados em outros estados se intensificava e as manifestações de rua,

cada vez mais entusiásticas e violentas, se repetiam.

O principal espinho do conflito local eram as provocações do Coronel Miguel Costa, que, afinal, fora apeado do comando da Força Pública e substituído pelo Coronel Marcondes Salgado, este nomeado pelo Governador Pedro de Toledo. Mas, mesmo sem comando da Polícia Militar, o Coronel Miguel Costa continuava à testa da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista (PPP). Estranha a posição de Miguel Costa: sua Legião, de índole esquerdista, pretendia preservar a Revolução de 30 e tinha, portanto, como principal inimigo, a Frente Única Paulista, mas mantinha um clima de atritos abertos e constantes com os líderes do Governo federal. Era uma espécie de *tertius*, no confronto maior entre a Frente Única Paulista e o Governo federal, sob forte influência do Clube 3 de Outubro.

O General Góes Monteiro, Comandante da 2ª Região Militar, delegado do Governo em São Paulo, assim se exprimiu em entrevista sobre o Coronel Miguel Costa: "Os obstáculos que criou com a sua Legião resultaram no afastamento do Partido Democrático, na demissão do General Isidoro do Comando da 2ª Região Militar, na derrubada do Interventor João Alberto, e na deposição de Laudo de Camargo e Manoel Rabelo."

O ápice da crise, que precipitou a irrupção do movimento militar, aconteceu em 7 de julho, quando o General Bertholdo Klinger, previsto para comandar a Revolução Paulista em gestação, foi demitido do comando da Circunscrição Militar de

Mato Grosso. Klinger fora convidado pelo General Isidoro e aceitara. Esperava-se que Klinger trouxesse cinco mil homens bem adestrados e equipados (triste ilusão). A demissão de Klinger fora precipitada por ele mesmo, enviando correspondência crítica, violenta, ao Ministro da Guerra. A crise provocada por Klinger obrigou os conspiradores a anteciparem o rompimento da revolução, prevista para 15 de julho.

Aí as coisas se anteciparam: os líderes políticos paulistas, no dia 8, em reuniões sucessivas, decidiram desencadear, no dia 9, o movimento militar contra a ditadura.

Contavam com o apoio do interventor gaúcho e de importantes setores políticos mineiros liderados pelo ex-Presidente Arthur Bernardes. O interventor em Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel, mineiramente, ora aderiu e ora “desadereu” ao movimento constitucionalista.

As esperanças fagueiras de São Paulo, de contar com esses apoios político-militares, logo se desvaneceram. O interventor rio-grandense, muito longe de apoiar, transformou-se, logo, num dos mais importantes fatores de fortalecimento político e militar, na mobilização realizada, em suporte ao governo de Vargas. O ex-Presidente Arthur Bernardes, favorável aos paulistas, não conseguiu mobilizar os seus partidários. E o que foi pior, Klinger chegou praticamente sozinho; trouxe uma tropa insignificante. Como disse Paulo Nogueira Filho, logo nos primeiros dias que se seguiram ao 9 de julho, verificou-se que São Paulo estava absolutamente só. Os líderes gaúchos e mineiros que vieram se solidarizar com São Paulo, como João Neves da Fontoura,

Djalma Pinheiro Chagas e outros, somente valeram pela eloquência de seus discursos.

O movimento cívico de 32 empolgou São Paulo. Não lhe faltou entusiasmo e desprendimento. Não lhe faltou organização, surpreendente mobilização de pessoal e industrial, extraordinária criação de serviços para o apoio aos combatentes – MMDC, correios, saúde, agasalhos. As mulheres paulistas mais uma vez revelaram a fibra das “anti-emboabas”. A campanha financeira – “dê ouro para São Paulo” – revelou o extraordinário espírito de doação de nossa sociedade. A propaganda e a campanha psicológica atingiram níveis de excelência nunca vistos no Brasil, por meio da imprensa escrita e, principalmente, da falada, através da recém-difundida radiofonia. Os noticiários pela Rádio Record, lidos pelo grande locutor César Ladeira, mantiveram os paulistas e seus partidários de outros estados empolgados pelos ideais do movimento de 32.

Então? Vem a pergunta. Por que São Paulo foi derrotado? A resposta, não temos dúvidas em pronunciar: pela falta de seus esperados aliados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e pelo seu despreparo militar. A parte militar da campanha foi conduzida com incompetência, quer do ponto de vista estratégico, quer tático, quer de organização e estrutura das forças.

Vejamos alguns desses desacertos.

Primeiro, quem faz revolução rompe com o poder constituído, parte para a ofensiva. Por ter tido a iniciativa de romper as operações, surpreende o adversário; este leva algum tempo para se recompor do estado de surpresa e tomar as pri-

meiras medidas efetivas de defesa. O que aconteceu aqui.

Irrompida a revolução em 9 de julho, somente no dia 13, quatro dias depois, a 2ª Divisão de Infantaria começou a se mover rumo ao Rio de Janeiro. Durante esses preciosos dias, o governo ditatorial não tinha ainda organizado sua defesa militar; o acesso à Capital Federal, objetivo principal a conquistar, estava livre. Somente em 17 de julho, oito dias após a irrupção do movimento revolucionário, travou-se o primeiro combate, na região do túnel, nas proximidades de Cruzeiro, e a ação já foi defensiva.

Veja-se que foram perdidos os valiosos dias em que o grande fator da estratégia, a surpresa, favorecia inteiramente os paulistas. Sabia-se que a população carioca era simpática à causa de São Paulo.

Se tivessem chegado logo ao Rio de Janeiro, a sorte militar da revolução poderia ter sido muito outra. Tomar uma atitude revolucionária e cair na defensiva é se condenar, a priori, à derrota. Para desculpar essa falha fatal já se ouviram várias justificativas. O plano ofensivo do Coronel Figueiredo foi recusado. Mas isso não podia acontecer – faltou audácia, ousadia nas decisões.

Em segundo lugar, sob o aspecto tático, a execução das operações falhou pelo despreparo dos comandos, dos quadros e da tropa. Foi tudo improvisado. As unidades do Exército sediadas no estado, quase unanimemente aderiram à revolução, contaminadas pelo entusiasmo irresistível com que o povo abraçou a causa constitucionalista (embora houvesse defecções individuais). A Força Pública entrou para a luta armada dividida pelas rivalidades entre os grupos

miguelistas e salgadistas, que vinham se combatendo desde o começo do governo de Laudo de Camargo. Os primeiros, fiéis aos sentimentos de seu líder, Coronel Miguel Costa, em geral, tiveram um comportamento fraco, que alguns autores alcunham de traição – quando nos comandos, ou evitavam os riscos do combate ou desertavam, entregando-se ao inimigo. Os exemplos mais chocantes se deram no túnel e na frente de Itararé. Os voluntários, jovens civis cheios de esfuziante entusiasmo, não encontraram um enquadramento militar que os levasse à vitória.

No tocante à organização e estrutura da força combatente cometeram-se erros irreparáveis. A começar pelo comando geral. Por que o General Klinger, um desconhecido em São Paulo, e não o General Isidoro, estreitamente ligado aos líderes políticos de São Paulo e que já vinha sendo encarregado de coordenar a mobilização militar? Se a razão foi contar com os cinco mil homens que Klinger traria de Mato Grosso, essa razão se transformou em amarga desilusão. O General Klinger levou quatro dias para sair de Campo Grande, chegar a São Paulo e assumir o comando das operações. Essa demora foi fatal para a sorte da revolução. Perdeu-se a oportunidade da surpresa estratégica, através de uma ofensiva fulminante sobre a Capital Federal, ainda completamente desguarnecida para uma defesa. A morte do Coronel Salgado, comandante da Força Pública, chefe respeitado, anti-miguelista e que vinha restaurando a coesão dessa organização, 15 dias após o início da luta, veio favorecer a retomada das posições pelos miguelistas.

Salgado foi substituído no comando da Força Pública pelo Coronel Herculano de Carvalho, conhecido por suas atitudes vacilantes, que acabou assinando um armistício em separado com o governo ditatorial. Como se vê, a estrutura dos comandos foi falha, cheia de desavenças e rivalidades pessoais e grupais. Em síntese, não se teve uma estrutura e organização militar de comando para ganhar a guerra.

O principal historiador desses acontecimentos e partícipe dos mesmos preferiu não culpar ninguém e a todos culpar. Em seu livro *A Guerra Cívica de São Paulo, 1932*, avaliando o “erro fatal” das tropas constitucionalistas – o não terem avançado sobre o Rio de Janeiro nos primeiros dias – assim se expressa: “Ela [a respon-

sabilidade] é no caso coletiva.” Todos foram culpados: os chefes militares, dilapidando-se em luta surda; os chefes civis, não obstante amparados pela consagração pública, omitindo-se de participação na solução dos mais graves problemas emergentes da situação militar.

Em síntese, a Revolução de 32 foi um movimento político-militar que despertou na gente de São Paulo um arrebatamento cívico impressionante, por sua fé, entusiasmo, desprendimento e união de todas as camadas de sua população. Levantamento cívico-exemplar, talvez nunca visto igual no Brasil. A mobilização do povo e das atividades industriais foram irrepreensíveis. Mas, foi como uma alma extremamente forte obrigada a pulsar em corpo fraco. 

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Guilherme A. de. *A Resistência no Túnel*.
- CARVALHO, Herculano. *A Revolução Constitucionalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1932.
- ELLIS Jr., Alfredo. *A Nossa Guerra*. São Paulo: Editora Piratininga, 1933.
- FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, 1934.
- KLINGER, Bertholdo. *Memorial*. Revista Brasileira, 1934.
- LEITE, Aureliano. *Martírio e Glória de São Paulo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1934.
- MENOTTI DEL PICCHIA. *A Revolução Paulista*. São Paulo, 1932.
- . *A Resistência no Túnel*.
- PEREIRA, Antônio Carlos. *Folha Dobrada – Documento Histórico da Revolução de 32*. Edit. O Estado de S. Paulo, 1982.
- SILVA, Hélio. *A Guerra Paulista – 1932*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. *A Guerra Cívica de 1932*. 5 volumes.
- AMARAL, Pedro Ferraz do. *Resumo de A Guerra Cívica de 1932*, publicado em 1982.